



SÃO ROQUE-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE - SÃO PAULO

PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL NÚMERO 002/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SÃO ROQUE - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE - SÃO
PAULO - SP

Professor Adjunto de
Educação Infantil

EDITAL NÚMERO 002/2026

CÓD: SL-038FV-26
7908433291077

Língua Portuguesa

| | |
|--|----|
| 1. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos | 9 |
| 2. Coesão e coerência textuais | 10 |
| 3. Intertextualidade | 11 |
| 4. Polifonia | 12 |
| 5. A Língua: norma culta E variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria | 12 |
| 6. Língua padrão: ortografia | 14 |
| 7. Acentuação | 16 |
| 8. Pontuação | 18 |
| 9. Semântica: denotação e conotação. sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Sentido denotativo e conotativo (figurado) | 20 |
| 10. Figuras de linguagem | 25 |
| 11. Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras..... | 28 |
| 12. Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições..... | 29 |
| 13. Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas | 38 |
| 14. Concordância nominal e verbal | 42 |
| 15. Regência nominal e verbal..... | 44 |
| 16. Crase | 48 |
| 17. Sintaxe de colocação..... | 49 |
| 18. Vícios de linguagem | 50 |

Matemática

| | |
|---|-----|
| 1. Estruturas lógicas..... | 61 |
| 2. Lógica da argumentação | 67 |
| 3. Diagramas lógicos | 70 |
| 4. Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações | 72 |
| 5. Múltiplos e divisores..... | 80 |
| 6. Números Primos | 82 |
| 7. Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns..... | 83 |
| 8. Expressões numéricas..... | 85 |
| 9. Equações do 1º e 2º graus | 86 |
| 10. Sistemas de equações do 1º e 2º graus | 89 |
| 11. Funções do 1º e 2º grau..... | 91 |
| 12. Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria – Área, Volume e Perímetro.... | 96 |
| 13. Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal..... | 104 |
| 14. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções | 108 |
| 15. Regra de três simples e composta | 109 |
| 16. Porcentagem..... | 110 |

| | |
|---|-----|
| 17. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante | 111 |
| 18. Média Aritmética simples e ponderada | 112 |
| 19. Problemas envolvendo os itens do programa proposto | 113 |

Conhecimentos Gerais

| | |
|--|-----|
| 1. Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história..... | 121 |
| 2. Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas; Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet..... | 123 |

Legislação Educacional

| | |
|---|-----|
| 1. Constituição Federal 1988: CAPÍTULO III - Seção I - DA EDUCAÇÃO – artigos 205 ao 214..... | 125 |
| 2. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (arts. 53 a 59) | 128 |
| 3. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)..... | 129 |
| 4. Resolução CNE/CP nº 4, de 13 de julho de 2010 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica | 149 |
| 5. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica | 159 |
| 6. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências | 165 |
| 7. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva | 180 |
| 8. Decreto nº 12.686 de 20 de outubro de 2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva | 185 |

Conhecimentos Específicos Professor Adjunto de Educação Infantil

| | |
|---|-----|
| 1. A criança e a educação infantil: história, concepções..... | 193 |
| 2. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil..... | 194 |
| 3. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos | 200 |
| 4. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar | 201 |
| 5. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro..... | 204 |
| 6. Avaliação na educação infantil..... | 216 |
| 7. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais | 219 |
| 8. O professor de educação infantil | 223 |
| 9. Família e instituição | 225 |
| 10. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades..... | 226 |
| 11. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil | 228 |
| 12. Teoria e Prática da Educação..... | 230 |
| 13. Conhecimentos Político-Pedagógicos | 231 |

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| 14. Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal | 232 |
| 15. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar | 236 |
| 16. Colegiados escolares | 240 |
| 17. Projetos político-pedagógicos | 241 |
| 18. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar | 241 |
| 19. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdo do ensino e da aprendizagem | 242 |
| 20. Conhecimento na escola | 244 |
| 21. A organização do tempo e do espaço | 245 |
| 22. Avaliação escolar | 247 |
| 23. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva | 248 |
| 24. Cotidiano escolar: relações de poder na escola | 250 |
| 25. Currículo e cultura | 250 |
| 26. Tendências pedagógicas na prática escolar | 253 |
| 27. Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro | 255 |

LÍNGUA PORTUGUESA

A COMUNICAÇÃO: LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO; O TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ESSENCIAL DA LINGUAGEM

A comunicação é um dos pilares da vida em sociedade. Desde os gestos mais simples até as manifestações mais complexas da linguagem escrita ou oral, comunicar-se é fundamental para estabelecer relações, construir conhecimento e atuar no mundo. O processo comunicativo, em sua essência, envolve a troca de informações entre um emissor e um receptor, mediada por uma mensagem. Esse processo é viabilizado por um canal, estruturado por um código e situado em um contexto. Esses seis elementos formam o chamado modelo clássico da comunicação, conforme definido por Roman Jakobson.

Compreender os mecanismos e os recursos envolvidos na comunicação é essencial para interpretar textos, analisar discursos e atribuir sentido às mensagens. Isso se torna ainda mais relevante no contexto dos concursos públicos, nos quais a habilidade de leitura, interpretação e produção textual é constantemente exigida.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

A linguagem é uma faculdade humana universal, que permite a comunicação. Pode se manifestar de diversas formas — verbal (oral ou escrita), não verbal (imagens, gestos, sons) ou mista (como em tirinhas e propagandas). Já a língua é um sistema de signos linguísticos compartilhado por uma comunidade, como o português, o espanhol ou o inglês. Por fim, a fala representa o uso individual da língua em situações específicas.

Roman Jakobson também contribuiu com a teoria das funções da linguagem, que ajudam a compreender o objetivo principal de um ato comunicativo:

- Referencial: transmite uma informação objetiva (ex: notícias);
- Emotiva: expressa emoções do emissor (ex: diários, desabafos);
- Conativa: busca provocar uma ação no receptor (ex: ordens, pedidos);
- Fática: verifica ou mantém o canal de comunicação (ex: “alô”, “tá me ouvindo?”);
- Metalinguística: usa a linguagem para falar da própria linguagem (ex: definições gramaticais);
- Poética: valoriza a forma da mensagem (ex: poemas, slogans publicitários).

Reconhecer essas funções ajuda a identificar a intenção comunicativa de diferentes textos.

TEXTO: CONCEITO, TIPOS E PROPRIEDADES

Um texto é uma unidade de sentido composta por enunciados que se organizam com base na coesão e na coerência. Ele pode ser escrito ou oral, verbal ou não verbal. O importante é que tenha intencionalidade comunicativa, ou seja, que seja produzido com o objetivo de transmitir uma mensagem compreensível.

Os tipos textuais mais cobrados em concursos são:

- Narração: relata acontecimentos com personagens, tempo e espaço definidos;
- Descrição: apresenta características de seres, lugares, objetos;
- Dissertação: expõe ideias, podendo ser argumentativa ou expositiva;
- Injunção: orienta o leitor a agir, como em manuais e receitas;
- Exposição: apresenta informações de forma neutra e objetiva.

Além disso, os gêneros textuais são manifestações concretas desses tipos, moldadas por contextos sociais. Um artigo de opinião, por exemplo, é um gênero com predominância do tipo dissertativo-argumentativo.

Duas propriedades essenciais do texto são:

- Coesão: ligação formal entre as partes do texto (uso de pronomes, conjunções, elipses, etc.);
- Coerência: sentido lógico entre as ideias do texto, respeitando o conhecimento de mundo e as expectativas do leitor.

DISCURSO: CONCEITO E RELAÇÕES COM A LINGUAGEM E O TEXTO

Texto e discurso não são sinônimos. O discurso é a materialização do texto em um contexto histórico, social e ideológico. É a forma como os sentidos são produzidos nas interações humanas, levando em conta a posição de quem fala, para quem se fala, e com que intenção se fala.

Autores como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault foram fundamentais para a teoria do discurso. Bakhtin, por exemplo, destaca o caráter dialógico da linguagem: todo enunciado é uma resposta a outros e se antecipa a novas respostas. Essa concepção introduz o conceito de interdiscursividade e de heterogeneidade discursiva, revelando como um texto carrega ecos de outros textos e vozes sociais.

Analisar o discurso é, portanto, interpretar o sentido além da estrutura formal do texto, considerando fatores ideológicos, sociais e culturais.

TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A interpretação textual não depende apenas do que está escrito, mas também do contexto em que o texto foi produzido e lido. Esse contexto pode ser:

- Situacional: onde e como a comunicação ocorre;
- Sociocultural: valores, crenças e hábitos compartilhados;
- Histórico: momento e circunstâncias da produção do texto;
- Ideológico: posição política, moral ou cultural de quem escreve.

Esses elementos afetam diretamente a construção dos sentidos. É por isso que, muitas vezes, a compreensão de um texto exige o domínio de conhecimentos extralinguísticos. As inferências — ou seja, as informações que o leitor deduz com base em pistas — são fundamentais nesse processo.

Exemplo:

Se um texto diz “João colocou o casaco antes de sair”, é possível inferir que fazia frio, mesmo que isso não tenha sido dito explicitamente.

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

DEFINIÇÕES E DIFERENCIAÇÃO

Coesão e coerência são dois conceitos distintos, um texto coeso pode ser incoerente, assim como um texto coerente pode não ter coesão. O que existe em comum entre os dois é o fato de constituírem mecanismos fundamentais para uma produção textual satisfatória.

Resumidamente, a coesão textual se volta para as questões gramaticais, isto é, na articulação interna do texto. Já a coerência textual tem seu foco na articulação externa da mensagem.

COESÃO TEXTUAL

Consiste no efeito da ordenação e do emprego adequado das palavras que proporcionam a ligação entre frases, períodos e parágrafos de um texto. A coesão auxilia na sua organização e se realiza por meio de palavras denominadas **conectivos**.

► As técnicas de coesão

A coesão pode ser obtida por meio de dois mecanismos principais, a anáfora e a catáfora. Por estarem relacionados à mensagem expressa no texto, esses recursos classificam-se como endofóricos. Enquanto a anáfora retoma um componente, a catáfora o antecipa, contribuindo com a ligação e a harmonia textual.

► As regras de coesão

Para que se garanta a coerência textual, é necessário que as regras relacionadas abaixo sejam seguidas.

Referência:

- **Pessoal:** emprego de pronomes pessoais e possessivos. Exemplo: «Ana e Sara foram promovidas. Elas serão gerentes de departamento.» Aqui, tem-se uma referência pessoal anafórica (retoma termo já mencionado).

▪ **Comparativa:** emprego de comparações com base em semelhanças. Exemplo: “Mais um dia como os outros...”. Temos uma referência comparativa endofórica.

▪ **Demonstrativa:** emprego de advérbios e pronomes demonstrativos. Exemplo: “Inclua todos os nomes na lista, menos este: Fred da Silva.” Temos uma referência demonstrativa catafórica.

▪ **Substituição:** consiste em substituir um elemento, quer seja nome, verbo ou frase, por outro, para que ele não seja repetido. Analise o exemplo: “Iremos ao banco esta tarde, elas foram pela manhã.”

Perceba que a diferença entre a referência e a substituição é evidente, principalmente no fato de que a substituição adiciona ao texto uma informação nova. No exemplo usado para a referência, o pronome pessoal retoma as pessoas “Ana e Sara”, sem acrescentar quaisquer informações ao texto.

▪ **Elipse:** trata-se da omissão de um componente textual nominal, verbal ou frasal por meio da figura, denominando elipse.

▪ **Exemplo:** “Preciso falar com Ana. Você a viu?” Aqui, é o contexto que proporciona o entendimento da segunda oração, pois o leitor fica ciente de que o locutor está procurando por Ana.

▪ **Conjunção:** é o termo que estabelece ligação entre as orações.

▪ **Exemplo:** “Embora eu não saiba os detalhes, sei que um acidente aconteceu.” Conjunção concessiva.

▪ **Coesão lexical:** consiste no emprego de palavras que fazem parte de um mesmo campo lexical ou que carregam sentido aproximado. É o caso dos nomes genéricos, sinônimos, hipe-rônimos, entre outros.

▪ **Exemplo:** “Aquele *hospital* público vive lotado. A *instituição* não está dando conta da demanda populacional.”

COERÊNCIA TEXTUAL

A Coerência é a relação de sentido entre as ideias de um texto que se origina da sua argumentação — consequência decorrente dos saberes conhecimentos do emissor da mensagem. Um texto redundante e contraditório, ou cujas ideias introduzidas não apresentam conclusão, é um texto incoerente.

A falta de coerência prejudica a fluência da leitura e a clareza do discurso. Isso quer dizer que a falta de coerência não consiste apenas na ignorância por parte dos interlocutores com relação a um determinado assunto, mas da emissão de ideias contrárias e do mal uso dos tempos verbais.

Observe os exemplos:

“A apresentação está finalizada, mas a estou concluindo até o momento.” - Aqui, temos um processo verbal acabado e um inacabado.

“Sou vegana e só como ovos com gema mole.” - Os veganos não consomem produtos de origem animal.

MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ **“João é alto.”** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ **“Seja bem-vindo!”** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ **“ $2 + 2 = 4$.”** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ **“Ele é muito bom.”** – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

▪ **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).

▪ **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).

- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
 - (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
 - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
 - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
 - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

CONECTIVOS LÓGICOS

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

| Operação | Conectivo | Estrutura Lógica | Exemplos | | |
|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|------------------------------|--|
| | | | p | q | Resultado |
| Negação | \sim ou \neg | Não p | "Hoje é domingo" | - | $\sim p$: "Hoje não é domingo" |
| Conjunção | \wedge | p e q | "Estudei" | "Passei na prova" | $p \wedge q$: "Estudei e passei na prova" |
| Disjunção Inclusiva | \vee | p ou q | "Vou ao cinema" | "Vou ao teatro" | $p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro" |
| Disjunção Exclusiva | \oplus | Ou p ou q | "Ganhei na loteria" | "Recebi uma herança" | $p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança" |
| Condicional | \rightarrow | Se p então q | "Está chovendo" | "Leverei o guarda-chuva" | $p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva" |
| Bicondicional | \leftrightarrow | p se e somente se q | "O número é par" | "O número é divisível por 2" | $p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2" |

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

São Roque¹ é um município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, inserido na Região Metropolitana de Sorocaba, na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista e na Microrregião de Sorocaba. Situa-se à latitude 23°31'45" Sul e à longitude 47°08'07" Oeste, a uma altitude de 771 metros. De acordo com estimativas do IBGE para 2025, sua população era de 81.366 habitantes, distribuídos em uma área de 307,55 km², composta por 106 bairros. O município é constituído pela sede e pelos distritos de Canguera, Mailasqui e São João Novo. Também é reconhecido como a cidade pioneira na incorporação da celebração do Halloween em seu calendário oficial, atraindo grande número de visitantes.



Localização de São Roque no estado de São Paulo

HISTÓRIA

Casa Grande e Capela do Sítio Santo Antônio, em São Roque. Edificada por volta de 1640, representa um relevante exemplar de casa bandeirista.

Fundada na segunda metade do século XVII pelo bandeirante Pedro Vaz de Barros — mais conhecido como Vaz-Guaçu — a cidade teve origem a partir de uma extensa fazenda e de uma capela construída por ele no local. A capela — situada onde atualmente se encontra a Praça da Matriz — foi erguida em devoção a São Roque, possivelmente com o propósito de evitar perseguições ou investigações relacionadas à prática do judaísmo.

Pedro Vaz de Barros era filho de Jerônimo Pedroso e Joana Vaz de Barros, cristãos-novos nascidos em Lisboa, Portugal. A fazenda dedicava-se ao cultivo de vinhedos e trigais, utilizando inicialmente mão de obra indígena e, posteriormente, escravizados africanos. Pouco tempo após a instalação dessa propriedade, o irmão de Pedro Vaz — Fernão Paes de Barros — também se estabeleceu em São Roque, seguindo modelo semelhante ao do irmão, fundando uma fazenda e uma capela, esta dedicada a Santo Antônio.

A capela original dedicada a São Roque, assim como as igrejas barrocas que a sucederam no Largo da Matriz, foram demolidas e gradualmente modernizadas, assim como toda a paisagem ao redor do Largo. Registros indicam que, até a década de 1940, o Largo da Matriz era composto por um conjunto arquitetônico barroco, cercado por grandes casarões.

Antes de ser elevada à categoria de vila em 1832, a localidade foi declarada freguesia de Santana de Parnaíba, no ano de 1764. Em 1864, passou à condição de município. Entre 1872 e 1875, foram inauguradas a Santa Casa de Misericórdia e a estação da Estrada de Ferro Sorocabana. No final do século XIX, sua economia foi impulsionada pela chegada de imigrantes italianos e, sobretudo, ingleses.

Em 8 de abril de 1834, foi criado o Primeiro Cartório de Protesto de Notas e Títulos. O fórum judicial foi instituído em 15.04.1873, com a instalação de dois escritórios judiciais. No ano seguinte, foi estabelecido o 1º Cartório de Registro de Imóveis. Em 01.01.1889, foi instalado o Primeiro Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais. Em 1893, entrou em funcionamento o 2º Cartório de Protesto de Notas e Títulos.

Segundo registros, tais avanços ocorreram em razão da influência política do Sr. Antônio Joaquim da Rosa, o Barão de Piratininga, figura de destaque em São Roque e, ao que consta, amigo pessoal do Imperador D. Pedro II. O Barão de Piratininga chegou, inclusive, a ser nomeado presidente da província de São Paulo no ano de 1869.

Em 1890, o industrial italiano Enrico Dell'Acqua fundou a BRASITAL, uma das primeiras indústrias têxteis do Brasil, que permaneceu em atividade até meados da década de 1970. Atualmente, integra o patrimônio público municipal, abrigando um centro cultural e educacional, além da biblioteca municipal.

A primeira tipografia da cidade foi criada pelos irmãos Boccato, que passaram a publicar um semanário denominado "O Democrata". O jornal foi fundado em 1º de maio de 1917. O primeiro ginásio da cidade, a escola "Horácio Manley Lane", foi inaugurado em 1947. Manley Lane foi um cidadão de destaque, de ascendência inglesa, que contribuiu para a difusão e preservação de práticas e tradições anglicanas, como o próprio "Dia das Bruxas".

¹ [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_\(S%C3%A3o_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_(S%C3%A3o_Paulo))

HALLOWEEN EM SÃO ROQUE

O “Halloween de São Roque”, município do interior paulista, é uma comemoração anual oficialmente reconhecida no calendário de eventos da cidade desde o ano 2000. A festividade, de origem celta, consolidou-se como parte do repertório cultural local, refletindo a diversidade histórica e étnica do município, especialmente sua formação a partir de comunidades imigrantes portuguesas, inglesas, italianas e outras de origem europeia.

► Reconhecimento Legal em São Roque

Em São Roque, o Halloween foi oficialmente reconhecido por meio da Lei Ordinária nº 3.114, de 2000, que incluiu o evento denominado Halloween Party no Calendário Oficial de Eventos do município. A referida legislação estabelece:

Art. 1º - Ficam incluídos no Calendário Oficial de Eventos da Estância Turística de São Roque os eventos: Halloween Party, Encontro de Automóveis Antigos e São Roque Folia.

A lei possibilitou a promoção e organização formal do evento, garantindo apoio institucional e inserção no calendário turístico-cultural da cidade. Dessa forma, a festividade passou a integrar a história local e as tradições associadas à imigração inglesa do século XIX.

► Celebrações na Cidade

Desde sua inclusão no calendário oficial, o Halloween passou a ser celebrado por escolas, clubes e associações do município. São frequentes os desfiles de fantasias infantis, festas temáticas, concursos, apresentações artísticas e decorações em estabelecimentos comerciais e nas ruas centrais. Em determinados anos, o São Roque Clube e instituições como a Vila Don Patto também promoveram festividades direcionadas ao público jovem e adulto.

O evento atrai moradores e visitantes de cidades vizinhas, contribuindo para o fortalecimento da economia local e incentivando o intercâmbio cultural.

GEOGRAFIA¹

| Indicador | Informação |
|-----------------------|--|
| Área | 313 km ² |
| Densidade demográfica | 229,3 habitantes por km ² |
| Grau de urbanização | 75,97% da população vive na área urbana |
| Área geográfica | Limita-se com os municípios de Mairinque, Itu, Araçariguama, Itapevi, Vargem Grande Paulista, Cotia e Ibiúna |
| Clima | Temperado, brando e sem estiagem |
| Temperatura | Mínima 22º, média 30º, alta 33º |

1 <https://www.saoroque.sp.gov.br/portal/servicos/1011/caracterizacao-do-territorio>

► Características da Vegetação Original e Atual

A cobertura vegetal nativa original era majoritariamente composta por Mata Atlântica, com floresta latifoliada tropical densa e exuberante, formada por árvores altas, copas amplas e por arbustos com muitos galhos e folhas. Em encostas úmidas, havia desenvolvimento de cipós, samambaias, parasitas, arbustos e árvores de troncos finos e elevados. Entre as espécies arbóreas, destacava-se o jacarandá.

Chegava ao território de São Roque a floresta tropical de planalto, menos úmida e com espécies vegetais de interesse comercial, como peroba, cedro, pau-d’alho, amoreira, figueira-branca, jatobá, canela e ipê.

Entre essas áreas de mata, sobretudo nos planaltos, existiam campos sujos ou cerrados.

A devastação foi intensa no período colonial. Atualmente, praticamente não há no município áreas de matas nativas primárias. Persistem formações secundárias, nas quais grande parte da madeira mais nobre já foi retirada, predominando hoje a capoeira.

Na porção leste de São Roque, limitada pelo distrito de Araçariguama e atravessada pela rodovia Castello Branco, abrangendo São João Novo, Mailasqui, Alto da Serra e as proximidades da Raposo Tavares, alcançando o Caeté e parte do bairro do Carmo, apenas no Alto da Serra ainda se observa vegetação mais rica, devido ao clima mais úmido e às encostas da região. Parte dessa vegetação foi substituída por reflorestamentos de eucalipto ou pinus, além de pastagens, chácaras e sítios de recreio e algumas culturas.

A região central de São Roque perdeu parcela de suas áreas verdes em razão da urbanização. Pequenas áreas, como a Mata da Câmara, preservam uma amostra da antiga floresta tropical de planalto que predominou no passado. A região do Cambará, próxima ao morro do esqui, ainda possui remanescentes de mata original, em meio ao cerrado, onde se destacam o cambará e o alecrim-do-mato.

A região sul de São Roque, onde se encontram as terras mais férteis do município, abrangendo desde Gabriel Piza, Sorocamirim, Canguera e Pavão até o Carmo, foi intensamente cultivada com videiras, frutíferas e culturas anuais de subsistência. Hoje, predomina o reflorestamento com eucaliptos e pinus, embora algumas encostas e grotas ao longo de cursos d’água preservem matas secundárias.

A região oeste, na divisa com o município de Mairinque, desde Marmeleiro, Guaçu, Monjolinho, Ribeirão Saboó e Mombaça até o distrito de Araçariguama, era recoberta pela chamada floresta tropical de planalto, apresentando também diversas áreas de campos cerrados sujos, com vegetação rasteira, espinhosa e aromática, entremeada por leguminosas arbustivas, cambarás, arueiras, frutíferas silvestres e outras espécies. Pela incidência de ventos em solos rasos e pedregosos, somada ao manejo agrícola com queimadas consecutivas, muitos desses campos apresentavam hoje apenas gramíneas. Na região do Saboó, por exemplo, ocorrem grotas e encostas com matas secundárias, alternadas com campos limpos.

Na região centro-norte, a vegetação predominante no passado também foi a floresta tropical de planalto, e atualmente algumas áreas ainda guardam amostras dessa antiga cobertura.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988: CAPÍTULO III - SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO – ARTIGOS 205 AO 214

Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

| ENTE FEDERADO | ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA) |
|---------------|--|
| União | Ensino superior e técnico |
| Estados e DF | Ensino fundamental e médio |
| Municípios | Educação infantil e ensino fundamental |

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRIA, CONCEPÇÕES

A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem assumido crescente relevância no cenário educacional brasileiro. Ao longo das últimas décadas, avanços legais e teóricos consolidaram essa etapa como direito da criança e dever do Estado, superando antigas concepções assistencialistas e higienistas. Contudo, compreender a Educação Infantil exige, antes de tudo, conhecer como a infância foi historicamente construída como categoria social, e como isso influenciou (e ainda influencia) as práticas pedagógicas.

Historicamente, a criança foi vista de diversas formas: como “pequeno adulto”, como sujeito passivo, como propriedade da família ou do Estado. A pedagogia moderna, porém, passou a reconhecer a criança como sujeito de direitos, ativa, potente, dotada de linguagem e cultura próprias. Essa mudança de paradigma reflete-se nas políticas públicas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas práticas pedagógicas mais contemporâneas.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO COMO SUJEITO

A noção de infância nem sempre existiu como a conhecemos hoje. No século XIII e XIV, por exemplo, a criança era vista como um adulto em miniatura. Segundo o historiador Philippe Ariès, em sua obra clássica *História Social da Criança e da Família*, a ideia de infância como uma fase distinta da vida surge somente a partir da modernidade, com o advento da escola, da imprensa e da medicina.

Durante séculos, a infância foi marcada pela exclusão social e pela negligência. Crianças pobres eram frequentemente entregues ao trabalho desde muito cedo, e sua educação não era uma prioridade social. Com o iluminismo e o surgimento do pensamento pedagógico moderno — notadamente com Rousseau e sua obra *Emílio*, ou da Educação —, começa a surgir uma visão mais humanizada da criança, reconhecendo sua especificidade e necessidade de proteção e formação.

No Brasil, o reconhecimento da infância como uma fase singular é tardio. Até o século XIX, a educação das crianças era responsabilidade da família ou da Igreja. Apenas no século XX, com o avanço dos direitos sociais, começa-se a institucionalizar

políticas para a infância. A partir da década de 1980, com a redemocratização, surgem movimentos em defesa da criança e do adolescente, culminando na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 — marco fundamental na garantia de direitos dessa população.

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA NA PEDAGOGIA: DO ASSISTENCIALISMO AO PROTAGONISMO INFANTIL

As práticas pedagógicas sempre refletiram as concepções predominantes sobre a infância. Tradicionalmente, a criança era vista como um ser incompleto, carente de cuidados e de formação moral. Essa visão resultava em práticas educativas voltadas para a disciplina, a moralização e a preparação para a vida adulta, sem considerar os saberes e interesses da própria criança.

Durante grande parte do século XX, a Educação Infantil teve caráter assistencialista, ligada à saúde, higiene e alimentação. A função pedagógica das creches e pré-escolas era secundarizada. No entanto, com o avanço das teorias do desenvolvimento infantil — especialmente com Piaget, Vygotsky, Wallon e, mais tarde, Emília Ferreiro —, começou-se a compreender a criança como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos, interpretar o mundo e interagir de maneira significativa com o meio.

Essa mudança teórica impulsionou novas práticas pedagógicas, centradas na escuta da criança, no brincar, na linguagem e na valorização da cultura infantil. A concepção atual, defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e pela BNCC (2017), é a de uma criança potente, curiosa, competente e cidadã desde o nascimento, com direito a ser respeitada em sua singularidade.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EVOLUÇÃO LEGAL E POLÍTICA

A institucionalização da Educação Infantil como um direito educacional no Brasil é um processo relativamente recente. A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro marco legal a incluir explicitamente a creche e a pré-escola como direito da criança e dever do Estado (art. 208, inciso IV). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) reafirmou essa prerrogativa, definindo a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, voltada ao desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Em 2009, o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que estabelecem as DCNEI, representaram um avanço significativo ao tratar da Educação Infantil como parte do processo educacional, com objetivos pedagógicos próprios, rompendo definitivamente com a lógica apenas assistencial.

Mais recentemente, a BNCC (2017) organizou a Educação Infantil em campos de experiências, que visam garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos reconhecem a criança como centro da ação pedagógica e como sujeito que aprende na relação com os outros, com o mundo e consigo mesma.

O PAPEL DO EDUCADOR E A PEDAGOGIA DA ESCUTA E DO CUIDADO

A concepção de criança como sujeito ativo transforma profundamente o papel do educador na Educação Infantil. O professor deixa de ser apenas um transmissor de conteúdos e passa a ser mediador, observador, provocador e parceiro das descobertas infantis. Cabe a ele garantir contextos de aprendizagem ricos, desafiadores e afetivos.

A prática pedagógica na Educação Infantil deve basear-se na escuta sensível das crianças. Isso significa observar seus gestos, falas, brincadeiras e interações, compreendendo o que expressam, mesmo quando não o fazem por meio da linguagem verbal. A escuta, nesse contexto, é ato político, pedagógico e ético.

Outro ponto central é a valorização do cuidado como parte do ato educativo. Alimentar, trocar fraldas, acolher e confortar são ações que também educam, e não devem ser vistas como meras tarefas auxiliares. A indissociabilidade entre cuidar e educar é um dos princípios mais importantes da Educação Infantil contemporânea, defendido tanto nas DCNEI quanto na BNCC.

Por fim, o educador da infância precisa atuar como pesquisador de sua prática, constantemente refletindo, registrando e reelaborando suas ações pedagógicas. A documentação pedagógica, inspirada na abordagem de Reggio Emilia, é uma ferramenta fundamental nesse processo de formação contínua.

TEORIAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem é uma área central nos estudos educacionais, pois busca compreender os processos pelos quais os indivíduos se desenvolvem física, emocional, cognitiva e socialmente, além de explicar como ocorre o aprendizado ao longo da vida. Essa área de estudo, originada na interseção entre psicologia e educação, fornece bases teóricas e práticas que ajudam os educadores a adaptar suas estratégias de ensino às diferentes fases do desenvolvimento dos alunos, facilitando a construção de conhecimento e habilidades.

No contexto escolar, é essencial que os professores compreendam as transformações que ocorrem em cada etapa do desenvolvimento humano e as diversas formas como o aprendizado pode se manifestar, de modo a promover um ambiente de ensino inclusivo e estimulante. A partir de teorias e estudos científicos, como os de Jean Piaget e Lev Vygotsky para o desenvolvimento cognitivo, ou Erik Erikson para o desenvolvimento psicossocial, educadores conseguem compreender melhor os limites e as potencialidades dos alunos. Essas teorias explicam, por exemplo, como as crianças e os adolescentes percebem e interagem com o mundo, desenvolvendo habilidades cognitivas, como a resolução de problemas, e emocionais, como a autoconfiança.

Além disso, as teorias da aprendizagem, como o behaviorismo, o cognitivismo e a teoria da aprendizagem social, oferecem modelos que elucidam o processo pelo qual as pessoas assimilam e retêm novos conhecimentos. Elas mostram que fatores como reforço positivo, observação e processos mentais internos são fundamentais na construção do conhecimento, permitindo que o ensino seja planejado para maximizar o engajamento e o desenvolvimento dos alunos.

Assim, ao estudar a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, educadores obtêm ferramentas para planejar aulas que respeitem as diferentes fases e estilos de aprendizagem dos estudantes, promovendo uma educação mais personalizada e eficaz.

► Teorias do Desenvolvimento Cognitivo

As teorias do desenvolvimento cognitivo oferecem modelos fundamentais para entender como as capacidades mentais e o pensamento se desenvolvem ao longo da vida. Duas das principais abordagens nesse campo foram elaboradas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de possuírem perspectivas distintas, forneceram insights que transformaram o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo, especialmente no contexto educacional.

► Teoria de Jean Piaget: Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget (1896–1980), um psicólogo suíço, foi pioneiro na compreensão de como as crianças constroem seu entendimento do mundo. Ele acreditava que o desenvolvimento cognitivo é um processo ativo, em que as crianças interagem com o ambiente, formulam hipóteses, testam-nas e ajustam suas ideias com base nos resultados. Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento, cada um caracterizado por novas capacidades cognitivas e diferentes formas de entender a realidade:

Estágio Sensório-Motor (0-2 anos):

Neste estágio, o aprendizado ocorre por meio das interações diretas com o ambiente através dos sentidos e movimentos corporais. O bebê desenvolve a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir, mesmo quando não estão visíveis. A ausência dessa compreensão faz com que, por exemplo, o bebê perca o interesse em um brinquedo escondido.

Estágio Pré-Operatório (2-7 anos):

Marcado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, neste estágio a criança começa a usar palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu pensamento é ainda limitado pela egocentricidade (dificuldade em ver as coisas de outra perspectiva) e pelo pensamento animista (atribuir vida a objetos inanimados).

Estágio das Operações Concretas (7-11 anos):

Aqui, a criança começa a desenvolver a lógica concreta, conseguindo realizar operações mentais que envolvem objetos reais e situações práticas. Conceitos como conservação (entendimento



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!